

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 17h.

Aos vinte e três dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito foi realizada a audiência pública no Plenário da Câmara Municipal de Três Passos, às dezessete horas, com o objetivo de discutir o projeto de lei nº 43/2018, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2019. O vereador Arlei Tomazoni, membro da Comissão de Orçamento, Finanças e Infraestrutura Urbana e Rural, deu início à presente audiência pública. O contador da Prefeitura Municipal Rubens da Rosa falou sobre a metodologia de cálculo utilizada para fazer a projeção de receitas e despesas para o ano de 2017 e observou que na Lei Orçamentária Anual - LOA, a ser elaborada no mês de outubro, constarão os valores mais exatos, conforme a execução orçamentária deste ano de 2018. Acrescentou que foram usados os índices inflacionários oficiais, inclusive de acordo com o que os Governos Estadual e Federal utilizam, os quais têm um índice de assertividade muito grande. O Secretário Municipal de Finanças Fábio Goetz falou sobre os programas da Administração Pública Municipal, com as respectivas metas, prioridades e valores. Destacou que a estimativa de receitas e despesas para a Câmara de Vereadores, para o próximo exercício financeiro, é de R\$ 2.660.000,00; para o Instituto de Previdência é de R\$ 16.599.118,84; e para a Prefeitura Municipal é de R\$ 74.237.181,01, totalizando o montante de R\$ 93.496.299,55. Destacou que, em relação à pasta de Administração, o pátio e o entorno da sede administrativa da Prefeitura Municipal está programado para receber melhorias; os Encargos Especiais têm um valor significativo em função dos precatórios e amortização do passivo atuarial; em relação à pasta das Finanças, será realizado um recadastramento dos contribuintes do IPTU, em função da “multa” por falta de passeio, muro e cerca, que gerou muitas reclamações. O vereador Nader Umar questionou o motivo pelo qual está previsto o valor de R\$ 100.000,00 para eucaliptos (florestamento) e somente R\$ 32.000,00 para agroindústria. Em resposta, o Secretário Municipal da Agricultura Evandro Colombo disse que vem ocorrendo um superávit de 10%, em função de que alguns programas não estão sendo executados, conforme as demandas levantadas pelas equipes da Secretaria Municipal da Agricultura. O Secretário Municipal de Planejamento José Bourscheid disse que a área do associativismo está em uma fase de transição, porque agora o agricultor tem que vir até a Secretaria, buscar o técnico responsável da sua localidade, em função das Associações Rurais de Desenvolvimento, que ficam mais próximas de cada produtor rural; por outro lado a Administração Pública Municipal precisa ir até aquele agricultor não atendido, não abrangido pelos serviços das Associações Rurais. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente audiência pública e lavrada a ata.